

A eleição e a economia

Até os anos 90, era comum ouvir o seguinte raciocínio: ano eleitoral é ano de crescimento econômico. Todo mundo sabia que, mesmo com a expansão medíocre da economia naquele período (média anual de 1,57% nos anos 80 e 2,65% nos anos 90), as eleições garantiriam uma enxurrada de recursos em gastos públicos com obras de infra-estrutura, aumento de programas sociais, elevação do salário mínimo e reajuste das aposentadorias. Além disso, os candidatos trariam outro volume expressivo de gastos com as encomendas de material para a

campanha, além da contratação de temporários. Num momento de desemprego em alta, qualquer vaga nova era importante. Nos últimos anos, porém, este movimento perdeu força. Primeiro, porque a época de vacas magras foi substituída, nos anos recentes, pelo maior ciclo de crescimento econômico das últimas décadas. Além disso, a legislação eleitoral apertou o controle sobre os gastos tanto dos governos, proibidos de fazer várias coisas em período eleitoral, quanto dos comitês de campanha dos candidatos.

Não se conte, no entanto, com orçamentos franciscanos. A campanha para as eleições municipais, que começou na semana passada é, teoricamente, a mais cara da história. Somente em São Paulo, os 11 candidatos a prefeito declararam uma estimativa total de gastos de até R\$ 96 milhões. Outras dezenas de milhões serão gastos pelos candidatos a vereador. Há outras ainda mais caras, pelo menos proporcionalmente. **Em Palmas, no Tocantins, tanto o candidato do DEM quanto o do PV registraram um total de R\$ 4 milhões cada um, o equivalente a R\$ 31 por eleitor – a sugestão dos autores da proposta de financiamento público é de um gasto de R\$ 7 por eleitor, dividido por todos os candidatos.** Além disso, esses números, embora já elevados, são os dados oficiais, declarados aos tribunais eleitorais e sabe-se que correm por fora, apesar do controle mais rigoroso instituído em 2002, verbas bem maiores em material para atrair eleitores. Antes, o padrão eram os gastos não contabilizados, serviços pagos sem nota fiscal e sem recolhimento de impostos, depósitos em contas no Exterior. O mensalão está aí para não deixar ninguém esquecer.

A combinação de baixo crescimento econômico com gas-



Nos anos 90, falava-se que o crescimento ganhava uma injeção de 0,5 ponto percentual em ano de pleito. Hoje, com maior controle dos gastos e indicadores em alta, o impacto deve ser bem menor

tos fartos durante a campanha gerava negócios que tinham um impacto significativo no PIB, de fabricante de camisetas e bonés a chaveirinhos, passando pela contratação de profissionais, desde os especializados até os cabos eleitorais. Nos anos 90, falava-se em uma elevação de até 0,5 ponto percentual em ano de eleição. Hoje em dia, o esforço do governo é no sentido contrário, de desacelerar a expansão, e poucos economistas levam em conta o fator eleitoral na hora de calcular a variação do PIB. A não ser, como os economistas de bancos, sempre atentos aos cofres do governo, pelo temor de um aumento acentuado nos gastos públicos. No setor produtivo, a avaliação é de que o

maior controle dos gastos, o endurecimento das regras e a campanha mais curta reduziram em muito o impacto desses gastos na economia. Em época de expansão de emprego, acham que os temporários que forem contratados pelos candidatos nem serão sentidos nas estatísticas.

O economista Marcelo Néri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, autor de um amplo estudo sobre a influência das eleições no crescimento da renda, tem uma opinião diferente. Ele diz que, embora o ciclo tenha perdido força nos últimos anos, a tendência de melhora da economia em ano eleitoral se mantém. **Os dados até 2006 mostram claramente um crescimento da renda em ano de eleições em relação à situação observada nos demais períodos. A atualização dos dados deve mostrar que, pela primeira vez desde os anos 80, a variação da renda foi positiva por pelo menos cinco anos consecutivos.** De certa forma, o fortalecimento da economia ajuda a fortalecer a democracia e a reduzir o poder de programas eleitoreiros patrocinados pelos governos. **E**